



Cais do Valongo e Ensino de História: Ocupando um lugar de memória em combate ao racismo na cidade do Rio de Janeiro

*Cais do Valongo and History Teaching: Occupying a place of
memory in the fight against racism in the city of Rio de Janeiro*

*Cais do Valongo y Enseñanza de Historia: Ocupando un lugar de
memoria en combate al racismo en la ciudad de Río de Janeiro*

Pedro Henrique Nascimento de Oliveira [*]

[*] Professor de História, Doutorando em Educação (UERJ), Mestre em Educação (UFRJ) e Especialista em Ensino de História (CESPEB/UFRJ). Membro do Grupo de Estudos História da Educação e Religião (GEHER-Rio). Membro do Observatório da Laicidade na Educação. Tem experiência docente nas áreas de História e Educação, com ênfase em Ensino de História. Tem interesse particularmente em História, Educação, Ensino de História, Patrimônio, Laicidade e Religião. Contato: ph_olliveira@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo propõe uma reflexão sobre a importância e a necessidade de uma ocupação do território do Cais do Valongo na cidade do Rio de Janeiro a partir de uma interface do ensino de história e da história local com os conceitos de assentamento, terreiro e encruzilhada. A base teórico-metodológica desta pesquisa alicerça-se nas perspectivas macumbísticas de Luiz Rufino em diálogo com os debates do campo da história local. Ao longo do texto, são abordados os conceitos de lugar de memória, de produção de presença e de sensibilidade histórica. Ao final, apresenta-se um relato de experiência docente com o fito de reafirmar o argumento central deste artigo que é a ocupação do Cais do Valongo com uma prática docente que articule ensino de história e história local.

Palavras-chave: Cais do Valongo, ensino de História, lugar de memória.

Abstract: This article proposes a reflection about the importance and necessity of occupying the territory of Cais do Valongo in the city of Rio de Janeiro based on an interface between history teaching and local history with the concepts of settlement, “terreiro” (meeting point) and “encruzilhada” (crossroads). The theoretical-methodological basis of this research is based on Luiz Rufino's “macumbistic” perspectives in dialog with debates in the field of local history. Throughout the text, the concepts of places of memory, the production of presence and historical sensitivity are addressed. At the end, a teaching experience report is presented with the aim of reaffirming the central argument of this article, which is the occupation of Cais do Valongo with a teaching practice that links history teaching and local history.

Keywords: Cais do Valongo, history teaching, place of memory.

Resumen: Este artículo propone una reflexión sobre la importancia y la necesidad de una ocupación del territorio del Cais do Valongo en la ciudad de Río de Janeiro a partir de una interfaz de la enseñanza de historia y de la historia local con los conceptos de asentamiento, terreiro (terreno) y encrucijada. La base teórico-metodológica de esta investigación se basa en las perspectivas macumbísticas de Luiz Rufino en diálogo con los debates del campo de la historia local. A lo largo del texto se abordan los conceptos de lugar de memoria, de producción de presencia y de sensibilidad histórica. Al final, se presenta un relato de experiencia docente con el fin de reafirmar el argumento central de este artículo que es la ocupación del Cais do Valongo con una práctica docente que articule enseñanza de historia e historia local.

Palabras clave: Cais do Valongo, enseñanza de historia, lugar de memoria.

Colocar os pés/o corpo sobre o Cais do Valongo: Combatendo o racismo com a memória

Fisicamente, habitamos um espaço, mas, sentimentalmente, somos habitados por uma memória. Memória que é a de um espaço e de um tempo, memória no interior da qual vivemos, como uma ilha entre dois mares: um que dizemos passado, outro que dizemos futuro. Podemos navegar no mar do passado próximo graças à memória pessoal que conservou a lembrança das suas rotas, mas para navegar no mar do passado remoto teremos de usar as memórias que o tempo acumulou, as memórias de um espaço continuamente transformado, tão fugidio como o próprio tempo. (Saramago 2009).

Reconhecendo o desafio de navegar no mar do passado remoto como nos aponta Saramago na epígrafe acima, sobretudo no que diz respeito à história e à cultura africana e afro-brasileira, vimos no trabalho com o território do Cais do Valongo, bem como da “Pequena África”¹ – onde o cais se situa –, uma potente via de reconhecimento do protagonismo e da árdua participação de negros africanos escravizados na formação cultural, social, política e econômica do nosso país. Contribuindo assim, de certo modo, com um ensino de história que faça justiça com esses povos africanos sequestrados, retirados e trazidos à força da África de maneira cruel.

A escolha semântica de usar a palavra “ocupação” para pensar práticas de ensino de história e visitas guiadas com os estudantes na região onde se situa o Cais do Valongo, pauta-se no próprio sentido da palavra, isto é, no desejo de ocupar fisicamente (colocar os pés/o corpo sobre) um território que por tanto tempo esteve apagado, por um enterramento material e simbólico.

Ao pensarmos que a invisibilização da participação negra na construção do país é uma questão viva e atual, torna-se ainda mais imprescindível a reflexão sobre o Cais do Valongo no ensino de História como um *lugar de memória* (Nora 1993, 7-28), que nos permite tratar diretamente das inúmeras heranças africanas presentes em nosso país, e conseqüentemente, avançar na construção de uma sociedade democrática, plural e igualitária por meio da redefinição dos

¹ Nome dado por Heitor dos Prazeres a uma região do centro da cidade do Rio de Janeiro composta pelos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, onde havia grande presença de negros africanos escravizados, alforriados e comunidades quilombolas. Vale citar que se trata de um lugar com repletos significados e extensões e, portanto, mapeá-lo, delimitá-lo é sempre um desafio para nossas pesquisas e análises, tendo em vista as mudanças sociais, culturais e urbanas que a região vem sofrendo continuamente.

paradigmas constituídos em torno da presença negra no Brasil na experiência educativa e na organização curricular da escola (Miranda e Siman 2013, 18).

A escolha pelo sítio arqueológico do Cais do Valongo, localizado na Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro, como território a ser continuamente ocupado por um trabalho de campo em que se articule reflexões do ensino de história, da história local, bem como de memória e de patrimônio, deve-se ao fato dessa área da cidade ser “um símbolo vivo da história da escravidão”, como afirma Monica Lima no livro “Roteiro da Herança Africana no Rio de Janeiro” organizado por Milton Guran.

Reconhecendo o vasto número de pesquisas sobre esse território, a citar, os trabalhos de Hebe Mattos, Keila Krimberg, Martha Abreu, Júlio César Medeiros, Sandra de Sá Carneiro e Márcia Leitão Pinheiro, entre outros, na pesquisa aqui apresentada assumimos as questões levantadas pela professora Mônica Lima nos seus textos “Caminhos da História africana e afro-brasileira: aulas de campo no Cais do Valongo no ensino de história na cidade do Rio de Janeiro” e “História, Patrimônio e Memória Sensível: o Cais do Valongo no Rio de Janeiro”.

Neles, a professora afirma ser o estudo, a reflexão e o conhecimento do Cais do Valongo, um investimento na resistência e na luta que se constroem por meio do conhecimento e um resgate da força das nossas relações com a África (Lima 2018, 111). A autora também aponta caminhos para um trabalho de campo com essa região da cidade, que carrega o peso de uma história de sofrimento, mas também da celebração da força da vida (Lima 2016,147), ou, como diz o samba de João Nogueira, do “poder da criação”.

O Cais do Valongo por ter sido, no início do século XIX, o local central do desembarque do maior número de africanos escravizados que chegaram vivos às Américas, teve a sua candidatura defendida para a lista da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como patrimônio da humanidade. O reconhecimento do Cais como lugar de memória do tráfico atlântico de africanos escravizados e da resistência (cultural e política) da população negra à uma longa história de violência e exclusão, bem como o fato de que em nenhum outro lugar do mundo desembarcaram tantos cativos trazidos de África como nessa cidade, são alguns dos fatores que justificaram a defesa desse sítio arqueológico como espaço a ser preservado (Lima 2016, 148-150)

O ponto de partida para a reflexão a ser desenvolvida neste artigo se constituiu no reconhecimento da importância e da potencialidade do Cais do Valongo e do seu entorno para um trabalho com a memória sensível de dor e de sofrimento, que é a história da escravidão vivida em nosso país. Soma-se a isso o desejo de lidar com o trauma coletivo da realidade escravocrata que perpassou anos da história brasileira, buscando construir narrativas por meio de aulas de campo que

considerem as dimensões do sofrimento articuladas às formas encontradas historicamente para enfrentá-lo (Lima 2016, 157).

Além da relevância de se pensar o Cais do Valongo como aliado para um estudo sensível da história da escravidão, um trabalho com esse espaço da cidade também é potente para o ensino de história por se tratar de um exemplo de tentativa de silenciamento e de apagamento do passado:

Ao longo do tempo, o cais do Valongo foi submetido a um processo de enterramento material e simbólico. Deixando de funcionar como desembarque de africanos escravizados em 1831, foi encoberto em 1843 para a chegada da esposa do imperador Pedro II. O novo cais passou a se chamar cais da Imperatriz e foi construído sobre o primeiro, pedra sobre pedra – e esse ocultamento é visível hoje no sítio histórico-arqueológico do cais, no qual se podem enxergar perfeitamente as camadas dessa história, sobrepondo-se. E não só essas que remetem ao século XIX. No século XX, as obras de remodelamento da cidade, que pretendiam trazer os ares de progresso da época republicana, da mesma forma construíram sobre o cais da Imperatriz uma praça, que o soterrou (Lima 2016, 153).

Há que se considerar ainda a tradição criada a partir da primeira cerimônia de lavagem simbólica do cais do Valongo, em 2012, que se tornou evento anual e foi institucionalizada pela prefeitura do Rio de Janeiro em 2014², fazendo parte hoje do calendário oficial de celebrações da cidade. Essa tradição criada deveu-se ao fato de que no contexto das obras de reforma urbana na região portuária do Rio de Janeiro em que se desenterrou o cais – que até então sabia-se da existência pelos documentos históricos, mas não se tinha sua localização precisa.

Com a redescoberta do Cais em decorrência das obras, a equipe de arqueologia foi chamada para avaliar o sítio encontrado. Ao constatar que que era o Cais do Valongo, mobilizou a comunidade a convocar as lideranças religiosas de matriz africana para reconhecer o local e os vestígios encontrados. E ao chegar lá, as religiosas identificaram a presença de marcas de dor e sofrimento, diagnosticando a necessidade de uma limpeza espiritual no local. Então, em 2012, realizou-se a primeira cerimônia de lavagem simbólica do cais, criando assim essa tradição (Lima 2016,152).

Além desse aspecto que foi muito importante, uma conjunção de fatores cooperou para o reconhecimento e a valorização do Cais, a começar pelos vestígios arqueológicos encontrados antes mesmo do desenterramento, descritos na obra de Júlio César Medeiros, *A Flor da Terra: o cemitério dos pretos novos*. E no contexto das obras em preparação da cidade do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas houve intensa pressão de entidades ligadas ao Movimento Negro para que a área fosse preservada e transformada em monumento para visitação pública.

A região da Pequena África – que abrange os bairros Saúde, Gamboa, Santo Cristo, Praça Onze e Centro, vem sendo valorizada no cotidiano escolar e no currículo de história a cada dia

² A Lei Nº 5820 de 15 de dezembro de 2014 incluiu incluiu o dia da lavagem simbólica do Cais do Valongo no calendário oficial da cidade, a ser comemorado anualmente no primeiro sábado do mês de julho.

mais, com a contínua aplicação da lei 10639, sancionada em janeiro de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e da Cultura Afro-brasileira e Africana no Ensino Fundamental, Médio e Superior nas instituições de ensino públicas e particulares do Brasil.

Importante destacar o papel de instituições como o Instituto dos Pretos Novos (IPN), entre outras, na difusão e propagação do legado histórico, geográfico, artístico e sociológico da região, e consequentemente da Cultura Afro-brasileira, sobretudo em articulação com pesquisadores, profissionais da educação e estudantes, visando tornar a Pequena África, uma sala de aula a céu aberto.

Essas instituições vêm desenvolvendo uma série de práticas e iniciativas como o Circuito Histórico de Herança Africana a fim de promover uma ocupação deste território tão rico de saberes, conhecimentos e experiências para a educação em nosso país. Buscando assim, desenvolver um ensino e uma aprendizagem que contribuam na compreensão do processo da Diáspora Africana e da construção da sociedade brasileira à luz de novas evidências históricas que recriaram o cenário histórico da atuação africana e afro-brasileira no Brasil. Construindo, por conseguinte, uma sociedade mais igualitária e antirracista, tendo a educação como fio condutor dessa construção.

Ao somarmos a potência do Cais do Valongo, enquanto lugar de memória para o reconhecimento das identidades e das trajetórias negras em nosso país, ao efeito gerado pelo que Gumbrecht chama de “produção de presença” (Gumbrecht 2010), que ocorre quando o aluno é provocado a se deslocar no tempo em direção ao passado, e os personagens e as coisas do passado fazem o caminho inverso e vem ao presente, chegamos ao ponto central desta pesquisa. Isso porque, conforme nos aponta Gerson Costa, “o contato direto com a história materializada é capaz de gravar no aluno aquela experiência sensorial” (Costa 2016, 56). E juntamente a isso, o estudo dos espaços da cidade auxilia significativamente no desenvolvimento do que Marc Bloch chama de educação da sensibilidade histórica por meio de um projeto de educação da memória (Bloch 2001, 66).

Diante das questões supracitadas, buscamos desenvolver uma pesquisa sobre a ocupação do território do Cais do Valongo, por meio de práticas do ensino de história em diálogo com a história local (Gonçalves 2007). Assumimos, portanto, os desafios ainda presentes de efetivação da Lei 10639/2003, bem como a necessidade de ampliação de uma formação docente e um trabalho de visita guiada com os estudantes, com o intuito de, mais do que conhecer, ocupar efetivamente esse espaço. Tendo em vista que se trata de um território até tão pouco tempo invisibilizado e silenciado, fruto de tantas lutas do povo e do movimento negro em nossos dias. E, ainda mais, por se tratar de uma memória viva dos nossos antepassados, pois o legado trazido por eles permanece em nossa cultura e em nossa sociedade majoritariamente negra.

Para tanto, a premissa que assumimos nessa escolha de pensar as possibilidades que o território do Cais do Valongo traz para o ensino de História é o fato de que os espaços da cidade devem ser observados, pensados, refletidos, problematizados para além do ambiente acadêmico, profissional, específico, visto que há muitas potencialidades neles para a educação histórica num sentido amplo. Como afirmam Miranda e Siman:

[...] para além das operações de lembrança, as cidades também são ícones abertos à problematização das operações de esquecimento que, pela ausência e pelo silenciamento, permitem-nos a refletir sobre as seleções e políticas da Memória ativadas pelas diferentes decisões de guarda e preservação que vão se estabelecendo ao longo do tempo e, especialmente, no tempo presente. (Miranda e Siman 2013, 25).

A cidade, portanto, não nos diz somente sobre o que nela foi guardado, mas também pelo que nela foi esquecido, exigindo de nós uma capacidade de interrogação mais complexa do que a que utilizamos nos ícones de lembrança (Miranda e Siman 2013, 25).

Sabendo da história de apagamento e silenciamento vivida pelo Cais do Valongo durante séculos da história do nosso país, a partir dos trabalhos de Claudio Honorato, Mônica Lima, Milton Guran³, julgamos ser urgente a ocupação desse espaço com aulas a céu aberto desenvolvidas por professores com conhecimento da temática negra e africana, a fim de promover um ensino de história capaz de combater o preconceito racial e promover a valorização e o reconhecimento do protagonismo negro em nosso país.

Contamos, ainda, com a reflexão acerca da dimensão educadora da experiência urbana feita por Paulo Freire (Freire 2001,11-15). Nela, o autor nos convoca a pensar a dimensão educativa da cidade em um sentido *lato sensu*. Isto é, nos leva a refletir que as ações sociais desenvolvidas pelos diversos atores sociais no espaço da cidade são tão ou mais educadoras que aquelas ocorridas nos espaços estritamente escolares.

Além disso, é importante destacar, conforme Miranda e Siman (Miranda e Siman 2013, 21), que, no caso dos ensinamentos e aprendizagens que se processam no campo da História, é justamente a aprendizagem que se processa “fora” que traz consigo os sentidos que resultam de processos sociais de produção e de compartilhamentos de memórias e sentidos próprios do urbano, uma vez que são, sobretudo, adquiridos na experiência com o urbano e por meio de distintas redes de sociabilidade.

É, portanto, o de “fora” que potencializa, nos processos identitários, a constituição do sentido de lugar e, com ele, de pertencimento, embora o “fora” siga, muitas vezes, como algo que não tem lugar no currículo. Assim, “o lugar é ao mesmo tempo, a construção social e o espaço que transforma a quem o habita”. (Miranda e Siman 2013, 21-22).

³ Para maiores informações sobre o tema ver os trabalhos de Honorato, 2019; Lima, 2016, 2018; Guran, 2018.

Ocupar um território como escolha política e pedagógica: Um breve debate teórico

A cidade deve ser assumida como lugar de aprendizagem, de produção de identidades, por meio da ocupação, observação e reflexão de seus espaços, bem como de suas memórias, lembranças e esquecimentos. A partir dos diálogos estabelecidos com os autores e as autoras até aqui, podemos afirmar o quanto a ocupação (no sentido de colocar os pés/o corpo sobre determinado espaço) do território do Cais com práticas do ensino de história é potente no trabalho de sensibilização histórica no que tange às questões étnico-raciais de nossa sociedade.

Utilizar-se das potencialidades educativas de um lugar de memória, presente na cidade, neste caso, o Cais do Valongo, é, como propõe Philippe Meirieu (citado em Miranda e Siman 2013, 23), ampliar a possibilidade de aprender na cidade, sobre a cidade e com a cidade, posto que a cidade é, por excelência, a articulação do espaço e do tempo que permite aos sujeitos tornarem-se sujeitos, e conseqüentemente, cidadãos. Diante disso, fica evidente que ocupar o Cais do Valongo e aprender a partir dele sobre o que ele representa e significa para nós ainda hoje, produz uma aprendizagem muito mais significativa, afetiva e sensível do que falar sobre o Cais do Valongo em sala de aula, mesmo que com imagens, vídeos, ou outros recursos.

A ideia de ocupação é uma escolha política que assume uma estratégia de resistência, de valorização, de propagação, de difusão e de ampliação da rede de influência desse território. Haja vista que ele conta uma história que é viva, de muita luta, marcada pela força da ancestralidade negra.

Essa escolha da palavra ocupação também está associada à leitura do livro *Pedagogia das Encruzilhadas* de Luiz Rufino (2019), no qual afirma que a diáspora africana é encruzilhada, assentamento e terreiro (Rufino 2019, 106). E justamente, por este artigo ter como objeto o território do Cais do Valongo, que trata diretamente da diáspora africana, pensamos ser pertinente trazer as noções apresentadas por Luiz Rufino (2019) para o diálogo. Adotamos, portanto, as *perspectivas macumbísticas* de Luiz Rufino (2019) para realizar nossa abordagem sobre a ocupação do território escolhido, com o ensino de história e com a história local.

Quando Rufino apresenta que a diáspora africana “é uma encruzilhada, acontecimento marcado pela tragédia, mas ressignificado pela necessidade de invenção (...) é, ao mesmo tempo, experiência de despedaçamento e de reconstrução” (Rufino 2019, 100), logo nos remetemos ao Cais do Valongo e a sua história. Sobretudo, ao pensarmos no recrudescimento da visibilidade e do

debate da questão negra e das religiões de matriz africana em nosso país proporcionado pela redescoberta do Cais.

Esse processo de vivificação pelo qual essa região passou contou com o reconhecimento pelas líderes religiosas de matriz africana, da energia vital da ancestralidade presente na região. Isso mostra a ressignificação e a reconstrução apontada por Luiz Rufino (2019), já que, mesmo sendo um espaço marcado pela dor e pelo sofrimento vivido por inúmeros negros africanos sequestrados e transportados para cá nos navios tumbeiros, também transmite as formas de resistência, de sobrevivência e a presença viva dos sujeitos negros em nosso país.

Seguindo a isso, Rufino (2019) defende que aquilo que hoje é reivindicado como herança africana é fruto dos “cruzos das inúmeras travessias de mulheres, homens, histórias, movimentos, palavras, sons, sangues, cores, deuses, lembranças e silêncios” (Rufino 2019, 100). E a partir disso, o autor propõe o cruzamento da categoria analítica de diáspora aos conceitos de assentamento, terreiro e encruzilhada, que em muito contribui com o argumento desta pesquisa de que o território do Cais do Valongo, o qual também pode ser cruzado com tais conceitos, deve ser ocupado, como veremos a seguir.

A definição de assentamento apresentada por Rufino (2019), também é capaz de descrever o território do cais e seus significados ao longo de sua existência. “O assentamento é chão sacralizado, é morada de segredos, é lugar de encantamento, é corpo ancestral, é onde se ressignifica a vida” (Rufino 2019, 100). Ao lermos essa definição de assentamento podemos, sem tirar nenhuma vírgula, transportá-la como uma leitura do que representa o Cais do Valongo, partindo de uma perspectiva de sua significância em nossos dias para as religiões de matrizes africanas, como espaço de vivência de uma ancestralidade que possui em si uma dimensão sacralizada e encantada.

Segundo Rufino (2019), “a diáspora evidencia a inventividade dos povos negro-africanos desterritorializados, juntamente com a inventividade de seus descendentes” (Rufino 2019, 100-101). Desse modo, as populações vindas de África “reconstituíram seus territórios no corpo, na roda, nos movimentos, nas sonoridades, nos sacrifícios rituais – todos esses elementos são experiências de terreiro” (Rufino 2019, 101). A noção de terreiro que está para além de uma compreensão física e abrange os sentidos presentes nas dimensões poéticas e políticas da vida em sua pluralidade, também nos ajuda na defesa da ocupação do Cais do Valongo, ao considerarmos o processo de reconstituição, descrito por Rufino (2019), vivido pelos povos trazidos de África e aportados no cais.

Importante salientar que essa noção de terreiro trabalhada por Rufino (2019) transborda uma dimensão física/geográfica, como ele mesmo diz, “terreiro é o mundo reinventado a partir do que

ritualizamos nele” (Rufino 2019, 103), isto é, trata-se de um campo de inventividade, material ou não, que surge da criatividade e da necessidade de se reinventar e de encantar o tempo e o espaço. Para uma melhor compreensão da perspectiva de terreiro abordada por Rufino e atrelada ao Cais do Valongo nesse trabalho, segue mais uma definição encontrada na obra do autor:

O terreiro é o empreendimento inventivo das populações negras transladadas por conta das violências da escravidão, é a reinvenção do tempo/espaço no rito. A diáspora africana, à medida que se codifica como uma encruzilhada transatlântica, um assentamento negro-africano no “novo mundo”, compreende-se também como um imenso terreiro que pare muitos outros. (Rufino 2019, 105).

Nessa citação fica notória a interpretação do Cais do Valongo como um grande lugar dessa encruzilhada transatlântica pelo volumoso número de negros africanos escravizados que nele chegou, com suas histórias, culturas, músicas, comidas, segredos, crenças, paixões, esperanças, desejos. E mais, também podemos interpretar o cais como um imenso terreiro que para muitos outros, se pensarmos nas múltiplas inventividades vividas nele e no seu entorno na região da Pequena África.

Para além dessas outras possibilidades de leitura do cais, Luiz Rufino (2019) contribui significativamente ao propor a compreensão da diáspora africana como empreendimento inacabado pela continuidade de seus fluxos e travessias, bem como as possibilidades de recriação e reinvenção que a potencialidade dessa encruzilhada nos oferece.

A vinculação do conceito de diáspora africana à noção de encruzilhada acrescenta ainda a perspectiva de que os fluxos transatlânticos não se encerraram com o fim dos comércios humanos, ou seja, do regime escravagista. A diáspora africana é um empreendimento inacabado que continua cotidianamente a traçar fluxos e travessias, configurando uma rede de encruzilhadas. A encruzilhada potencializa a compreensão das experiências de deslocamento, nos favorecendo a pensar esses trânsitos, fluxos ou travessias como possibilidades de constantes recriações das culturas. (Rufino 2019, 106).

Ao assumirmos essa perspectiva de Luiz Rufino (2019) reiteramos a nossa defesa da necessidade de ocupação do Cais do Valongo com e pelo ensino de História, tendo em vista que levar os estudantes a esse grande terreiro, assentamento e encruzilhada que é o Cais do Valongo permite que eles possam imergir nessa rede de culturas, vivências, histórias, sonhos, esperanças, paixões, lutas e resistências, que por ali passaram e devem inspirá-los a seguir em suas trajetórias como sujeitos de sua própria vida e história.

Tendo apresentado a escolha da palavra ocupação, vale um diálogo com autores sobre a noção de território, que estamos utilizando para nos referir ao espaço físico e social ocupado pelo Cais do Valongo na região da Pequena África no centro da cidade do Rio de Janeiro. Para a utilização da noção de território, partimos da compreensão de que ele “é organizado historicamente

por agentes humanos, política, jurídica e economicamente” e que seu significado muda conforme se reorganiza a sociedade (Saquet 2007).

Conforme Dematteis (citado em Saquet 2007, 60):

[...] o território é uma construção social, com desigualdades (entre níveis territoriais, que variam do local ao planetário), com características naturais (clima, solo...) e relações horizontais (entre as pessoas, produção, circulação...) e verticais (clima, tipos de culturas, distribuição do habitat etc.), isto é, significa uma complexa combinação de certas relações territoriais. (Dematteis citado em Saquet 2007, 60).

Essa definição de território encontrada no texto de Marco Aurélio Saquet (2007), em que ele dialoga com o autor Giuseppe Dematteis, em muito colabora na compreensão de que o território se constrói socialmente e é composto e delimitado por uma gama complexa de aspectos que levam em conta características e relações naturais, culturais, climáticas e materiais.

Saquet afirma ainda que “o território é objetivado por relações sociais, de poder e dominação, o que implica na cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades, no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas” (Saquet 2007, 66). Esse trecho nos remete ao processo de consolidação da territorialidade da região do Cais do Valongo por meio de sua patrimonialização pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), das iniciativas desenvolvidas lá pelas instituições, como os circuitos de visita guiada, e das ocupações religiosas realizadas pelos adeptos das religiões de matriz africana.

No que diz respeito as disputas e as forças políticas em torno do território, Dematteis “compreende o território ligado ao que denomina de espaço-ambiente material modelado pelas forças políticas e do mercado e não como duas instâncias separadas em níveis distintos: não há território sem uma trama de relações sociais” (Dematteis citado em Saquet 2007, 68). Essa compreensão nos auxilia no estudo do território do Cais tanto com relação ao seu apagamento histórico quanto no que tange ao seu processo de redescoberta e, conseqüente valorização e patrimonialização.

Marco Aurelio Saquet contribui ainda com a nossa análise em sua seguinte afirmação:

O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado; é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais, que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias des-territorialidades e as re-territorialidades. Estes processos (des-re-territorialização) são concomitantes, nos quais, a natureza exterior ao homem é um dos componentes importantes. (...) O território funda-se neste movimento, na diversidade e na unidade, nas desigualdades e diferenças, como afirmamos em Saquet (2003/2001). *O território significa identidade*, entendida como produto de interações recíprocas, de territorialidades, no âmbito das relações que acontecem entre a sociedade e a natureza. (...) Há uma relação de reciprocidade entre territorialidade e identidade: uma condiciona a constituição da outra e se concretizam de maneira histórica e multiescalar. (Saquet 2007, 69-71-72).

A compreensão de Saquet (2007) sobre o processo de territorialização nos ajuda a pensar os movimentos de apagamento e de redescoberta do cais, bem como seus impactos no debate da questão étnico-racial, da intolerância religiosa e do racismo na contemporaneidade. E nesse ínterim, contamos ainda com a interpretação do território como identidade, e da relação recíproca entre território e identidade, que é evidente quando se trata do Cais do Valongo pelos inúmeros significados que ele carrega em si sobre a identidade negra-africana presente em nosso país.

Outro autor com o qual dialogamos sobre a noção de território é José D'Assunção Barros (2006; 2013), ao enfatizar que “demarcar território é demarcar um espaço de poder” e que “a vida humana é eterno devir de territórios de longa e curta duração, que se superpõem e se entrecruzam ao sabor das relações sociais, das práticas e representações” (Barros 2006). A partir das afirmações deste autor, podemos perceber a importância da demarcação do território do Cais do Valongo para a população negra-africana por se tratar de um espaço de poder dentro da sociedade, que, por conseguinte, produz visibilidade para as suas lutas e demandas. E, junto disso, vemos ainda o papel das relações sociais, das práticas e representações na delimitação e na manutenção de um determinado território.

Encontramos ainda uma citação do geógrafo Claude Raffestin no trabalho de Barros (2006) que dialoga com este artigo, “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator ‘territorializa’ o espaço” (Raffestin citado em Barros 2006, 473). A definição proposta por Raffestin contribui tanto na compreensão do processo de apagamento como do processo de redescoberta do cais, tendo em vista que, em ambos os casos, diferentes atores foram importantes na territorialização do espaço por meio da apropriação e de uma ação conduzida no sentido de sua invisibilização, no primeiro caso, e de seu recrudescimento, no segundo.

No trabalho de José D'Assunção Barros (2013) intitulado *Espaço, território, região – pressupostos metodológicos*, contamos com a associação do conceito de território a ideia de poder que o autor realiza ao longo do texto:

Devemos entender por “território”, o espaço que é atravessado explicitamente pelo poder. Toma-se posse de um espaço, seja no mundo humano ou no mundo animal, e tem-se aí a formação de um território. O território é o espaço que foi demarcado por um poder de qualquer tipo, e visando um outro indivíduo ou entidade que poderia ter pretensões análogas de assumir controle sobre o espaço em questão. (...) é um fato político, uma operação associada a um empoderamento sobre o espaço. (Barros 2013, 4).

Um espaço atravessado pelo poder constitui o território segundo Barros (Barros 2013, 4), essa análise realizada pelo autor corrobora com a nossa pesquisa no que diz respeito à trama da redescoberta do Cais do Valongo num contexto de obras de interesse econômico da cidade do Rio

de Janeiro em que a correlação de forças dos sujeitos ligados às questões, às identidades e às religiosidades negras-africanas foram fundamentais na operação de empoderamento do espaço do cais. E, justamente, por isso é tão importante contínuas ações de ocupação e valorização desse local com o ensino de história para que essa conquista territorial e simbólica não se perca com o tempo, e, seja um sinal perene da força dessa ancestralidade negra-africana que mesmo sequestrada e escravizada construiu o nosso país com seu sangue e suor, e merece esse reconhecimento.

Por se tratar de uma pesquisa que visa trabalhar a questão de um lugar e seus significados no ensino de história, reconhecemos a necessidade de tomarmos o campo da História Local como aliado no sentido de pensar as possibilidades e as potencialidades que o trabalho com o Cais do Valongo a partir de uma ocupação com o ensino de história produz na sensibilização dos estudantes. Para tanto, contamos com o trabalho da Márcia de Almeida Gonçalves (2007), que se baseia nas ponderações do historiador John Lewis Gaddis, das quais também nos apropriamos, na reflexão acerca da História Local.

Já de início, Gonçalves apresenta a afirmação de Gaddis de que “o estabelecimento da identidade requer o reconhecimento de nossa relativa insignificância no grande esquema das coisas” (Gaddis citado em Gonçalves 2007, 175). Logo a seguir, aborda que “o caminho da insignificância” apontado por Gaddis, “conforma um aprendizado capaz de fazer com que sujeitos humanos tão viciosamente inclinados a relacionar o mundo para si mesmos, passem a relacionar-se com o mundo” (Gaddis citado em Gonçalves 2007, 176). E, a partir dessa chave de análise de Gaddis, aponta a História Local como “campo de produção de uma consciência histórica, cujos usos, valores e sentidos nos interessam diagnosticar” (Gaddis citado em Gonçalves 2007, 176).

Partindo dessa perspectiva abordada por Gonçalves (2007), a História Local como campo de pesquisa foi assumida por nós neste trabalho no desejo de realizar junto do reconhecimento do Cais do Valongo como lugar de memória da identidade negra-africana, uma ocupação com a perspectiva do ensino de história a fim de viabilizar uma experiência dos estudantes por meio da presença no espaço carregado de sentidos e significados, capazes de envolvê-los, afetá-los e sensibilizá-los identitária e subjetivamente. E, Gonçalves (Gonçalves 2007, 177) dialoga com esta pesquisa ao afirmar que a história local é “em intrínseca complementaridade, conjunto de experiências de sujeitos em um lugar e, também, o conhecimento sobre o conjunto dessas experiências.”

Tomando Alain Bourdin, Gonçalves enfatiza que:

O local seria um recorte eleito por aquele que desejasse refletir sobre as experiências de sujeitos humanos em espaços sociais delimitados pelas proporções do que o saber matemático, no estabelecimento de medições e grandezas, identifica como a unidade. (...) o local é um lugar de sociabilidade marcado pela proximidade e pela contiguidade das relações entre os sujeitos que as estabelecem (...) (Gonçalves 2007, 177).

Esses apontamentos de Alain Bourdin (citado em Gonçalves 2007) lançam luz sobre o nosso interesse de pensar o território do Cais do Valongo como lugar a ser trabalhado com o ensino de história a fim de se refletir as experiências vividas pelos negros africanos ali aportados, bem como os processos enfrentados pela região de apagamento e invisibilização, que marcaram esse local que ao longo dos séculos foi palco de intensas disputas de memória.

Outra questão tratada por Marcia Gonçalves (2007) que nos é muito cara por se tratar do grande interesse desta pesquisa é o desafio de produzir uma historiografia didática por meio da história local, que ao incorporar o local e partir dele, possa criar um caminho de sensibilização, que configure a consciência histórica, a fim de “reconhecer a identidade pelo caminho da insignificância” (Gonçalves 2007, 182). Assim sendo, pelas vias da sensibilização e de uma reflexão sobre o local, historicizando e problematizando o sentido de suas identidades, seria possível crianças, jovens e adultos, relacionando-se com o mundo de forma crítica, mudarem como sujeitos, a própria vida (Gonçalves 2007, 183).

Tendo apresentado os pressupostos teóricos e metodológicos com os quais buscamos pensar a ocupação e o desenvolvimento de um trabalho pedagógico com o território do Cais do Valongo, pretendemos na seção a seguir ilustrar por meio de uma experiência docente desenvolvida numa pós-graduação *lato sensu* sobre a História da cidade do Rio de Janeiro, a premente necessidade de se difundir na formação docente e no estímulo à consciência histórica dos professores, e conseqüentemente dos estudantes, a importância de se conhecer, refletir e ocupar um espaço da cidade que tem muito a ensinar e a transmitir às gerações como a região do Cais.

Pensando a ocupação do Cais a partir de um relato de experiência docente

Em meio ao desejo de desenvolver inúmeras práticas pedagógicas que contribuíssem na difusão do conhecimento da região do Cais do Valongo por meio do ensino de história, recebemos um convite para lecionar uma disciplina intitulada “Ensino de História da cidade do Rio de Janeiro”, em um curso de pós-graduação *lato sensu* em História do Rio de Janeiro promovido pelo Instituto dos Pretos Novos.

Levando em conta a memória viva que o Cais do Valongo possui pelo número de negros africanos escravizados desembarcados nesse território nos séculos XVIII e XIX, como já vimos nos trabalhos de Claudio Honorato (2019) e Mônica Lima (2016), não podíamos deixar de travar esse debate nem de inserir essa temática na ementa da disciplina em que discutimos questões em torno do ensino de história da cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, nos baseamos na dissertação de Gerson Eduardo da Costa de 2016 do Mestrado Profissional em História da Faculdade de Formação

de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro em São Gonçalo, intitulada *A cidade e o ensino de história: patrimônio, museu e história local*.

O curso era composto por 41 alunos, dentre eles havia profissionais de áreas variadas. Entretanto, a maioria eram professores de diferentes disciplinas, sendo 16 professores de história. Essa configuração do perfil dos alunos nos levou a pensar a ementa com o objetivo de perceber as aproximações e/ou os distanciamentos dos professores de história das temáticas negras em torno da Pequena África e do Cais do Valongo, bem como do trabalho com a história da África e afro-brasileira em seus discursos e práticas.

Além disso, pensamos atividades que pudessem trazer para esse artigo, a fim de pensar a pertinência de se expandir formações de professores com ênfase no ensino de história com o fito de que ampliando o conhecimento dos professores sobre essas questões prementes, possamos chegar aos estudantes, e conseqüentemente, aos poucos caminharmos em direção à uma educação mais democrática, diversa e plural.

Na elaboração da ementa da disciplina buscamos refletir sobre as mudanças sofridas pela cidade no contexto das obras das Olimpíadas de 2016 realizando interfaces com outros momentos históricos para pensar as rupturas e as continuidades que podem ser percebidas no espaço e no tempo da cidade, dialogando com a história local, com a educação patrimonial e com as discussões do ensino de história da cidade. Ao longo da disciplina, enfatizamos as disputas de memória e de território, lançando luz à região da Pequena África visando destacar as tensões ainda presentes naquela região e trazer para a discussão as questões em torno do silenciamento da história afro-brasileira e do apagamento dos sinais visíveis dessa história como foi o caso do Cais do Valongo durante anos.

Reconhecendo que “o ensino de história é, potencialmente, um lugar onde memórias se inter cruzam, dialogam, entram em conflito (...)” (Monteiro, Gasparello e Magalhães 2007), bem como que este mesmo ensino de história fornece instrumentos para que os indivíduos possam se orientar no tempo (Costa 2016) e no espaço, procuramos ao longo das aulas da disciplina operar com as ferramentas do ensino de história a fim de compreender as transformações, as permanências, as rupturas e os símbolos que marcam a paisagem da cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, contamos com o auxílio da bibliografia, da videografia e das fontes selecionadas, a fim de problematizar a territorialidade, a temporalidade, bem como as tensões sociais, políticas, culturais e econômicas presentes na cidade ao longo do tempo.

Em uma das aulas buscamos refletir os usos possíveis dos patrimônios da cidade como instrumento de elaboração de um Ensino de História da Cidade. Como a ementa do curso previa o

desenvolvimento de atividades por disciplina, elaboramos as atividades visando convidar os alunos a pensar e a refletir sobre os espaços da cidade em diálogo com o ensino de história.

Em uma das atividades, que apresentaremos a seguir por ser a que tem maior relevância para o debate deste artigo, sugerimos que os alunos escolhessem um museu ou patrimônio da cidade, descrevessem brevemente, justificassem a escolha e defendessem em algumas linhas a importância da visita presencial ou virtual do local escolhido para o ensino de história da cidade do Rio de Janeiro em até 4 páginas. O limite do tamanho das atividades deveu-se ao tempo para a correção e ao volume de atividades, tendo em vista que se tratavam de 41 alunos, portanto esperava-se 41 atividades a serem corrigidas ao final da disciplina em um prazo de 7 dias.

Pensando em refletir os dados obtidos com essa prática neste artigo, sobretudo para defender a importância de uma formação docente que preconize a ocupação de espaços como o Cais do Valongo por educadores, e conseqüentemente por estudantes, provocamos os alunos do curso de pós-graduação durante as aulas, por meio da apresentação e discussão sobre a região portuária, a Pequena África e outros lugares da cidade, a escolher o cais, sobretudo os que não conheciam e não tinham ouvido falar, que não eram poucos, embora a maioria fosse professor. Vale salientar que todos os alunos autorizaram previamente o uso de suas atividades neste artigo.

Antes de apresentar as atividades, gostaríamos de comentar uma questão que perpassa o cotidiano da formação continuada de professores, tendo em vista que eram a maioria do curso em que lecionamos a disciplina que estamos apresentando aqui. Dentre as 41 atividades esperadas ao final da disciplina, recebemos somente 24, destas a maioria era dos demais profissionais que estavam participando do curso, isto é, muitos professores não conseguiram entregar as atividades. Esse dado mostra a triste realidade de sobrecarga de trabalho em que os professores se encontram em nosso país por conta das condições salariais, que os impede de se dedicar a uma formação continuada que é tão imprescindível ao trabalho docente. Sem contar o fato de se tratar de uma pós-graduação *lato sensu* paga, que acaba limitando o acesso de muitos professores.

Voltando às atividades, dentre as 24 que recebemos para corrigir, que consistia na descrição, justificativa e defesa de uma visita ao lugar escolhido para o ensino de história da cidade, apenas quatro tratavam do Cais do Valongo.

Um dado relevante é que as quatro atividades são de alunos professores de história, e que já conheciam de alguma forma o Cais do Valongo, alguns chegaram a ir até lá, outros ouviram falar ao longo da formação acadêmica. Essa proporção de alunos que escolheram falar sobre o Cais em seus trabalhos ilustra um fato que reforça a questão deste artigo. Ainda que tenhamos provocado uma certa sensibilização histórica e desenvolvido uma série de discussões sobre esse lugar no decorrer

da disciplina, o Cais ainda se encontra distante até mesmo de professores e profissionais em geral que estão em formação continuada.

Essa realidade percebida nessa experiência docente em que trabalhamos com professores de história, mesmo após quatro aulas, lecionadas durante um mês, traz à tona uma questão que é anterior ao desafio de ocupar a região da Pequena África: urge a necessidade de uma formação continuada docente que informe e sensibilize os professores sobre a temática negra e sua territorialidade. Somente a partir disso, poderemos pensar em estratégias de ocupação desse grande lugar de encruzilhada – na perspectiva macumbística do Luiz Rufino (2019) – que é o Cais do Valongo.

Entretanto, as atividades que apresentaremos a seguir, mostram um caminho possível, que alcança pequenos resultados em um primeiro momento, mas que mostra que a via da sensibilização histórica e da produção de presença de Gumbrecht (2010) (mesmo que à distância em um contexto de pandemia, como foi o caso da disciplina que lecionamos) produz efeitos que a longo prazo são capazes de transformar a dura realidade da nossa educação ainda tão marcada pela desigualdade racial e social, bem como pelo racismo, pela discriminação religiosa, de gênero e tantas outras mazelas que assolam nossa sociedade e nosso cotidiano escolar.

Passando ao diálogo e a análise das atividades devolvidas pelos alunos, gostaríamos de sistematizar a apresentação delas da seguinte forma, embora os textos tragam descrição, justificativa e defesa do lugar escolhido, vamos nos ater aos dois últimos, tendo em vista que a descrição foi muitas vezes uma certa reprodução de fontes e materiais consultados pelos alunos. Para uma melhor leitura dos relatos dos estudantes, apresentaremos inicialmente todas as justificativas, comentando-as em seguida, e depois todas as defesas da importância da visita para o ensino de história da cidade. Levando-se em conta o espaço deste artigo e o tamanho das atividades, ainda que sejam poucas, traremos algumas na íntegra e outras alguns trechos que julgamos relevantes para o debate que estamos propondo aqui.

A partir da apresentação delas, buscaremos realizar uma interface com a argumentação da importância de uma formação continuada pautada em questões relacionadas às temáticas negras e suas territorialidades, como é o caso do Cais do Valongo, bem como com a urgência de se ocupar esse território como uma estratégia didática do ensino de história a fim de sensibilizar historicamente os professores e os alunos a partir da produção de presença (Gumbrecht 2010).

A aluna A1 trouxe em sua atividade um pouco da questão da escravidão como crime cometido contra a humanidade e como foi importante conhecer o Cais do Valongo durante sua trajetória acadêmica:

Escolho o Cais do Valongo por se tratar de **um espaço onde foi cometido [um] crime contra a humanidade**, vejo este lugar onde não se deve esquecer todo ato de atrocidade é importante que todos saibam o que de fato aconteceu, na época que se descobriu devido às obras do porto Maravilha muitos ficaram impressionados é importante não trazer esse assunto de forma romântica, mas trazer a realidade para todos. Quando eu estudava sobre a escravidão em todas as fases da vida como fundamental, ensino médio e graduação sentia que faltava um pedaço era como se eu estudasse pela metade, isso de certa forma incomodava. Muitas respostas foram vindas durante o curso de História lembrei que nessa época tive a oportunidade de conhecer o Cais do Valongo quando eu cheguei lá pude compreender toda a dinâmica da escravidão **é como se todas as respostas fossem esclarecidas nesse lugar** enxerguei também a importância de conhecer esse espaço no dia seguinte já estava falando para os meus amigos de classe conhecer, porque era um lugar rico em fatos.⁴

Essa justificativa de escolha apresenta muitos aspectos interessantes a serem refletidos sobre o quanto o espaço do Cais é capaz de educar sobre a escravidão e a presença e a cultura negra em nosso país. Ao dizer que se trata de “um espaço onde foi cometido crime contra a humanidade”, podemos notar a presentificação que o lugar hoje patrimonializado produz na pessoa que o visita. Além disso, quando a aluna afirma que ao chegar no Cais é como se todas as respostas fossem esclarecidas, conseguimos perceber o que afirma Gerson Costa (2016) em sua dissertação que “o contato direto com a história materializada é capaz de gravar no aluno aquela **experiência sensorial**” (Costa 2016, grifos do autor). As sensações produzidas pelo contato além de nos trazer as respostas como nos alertou a aluna citada acima, evoca em nós a lembrança do que foi vivido naquele espaço, nos levando ao aprendizado pela empatia, pela compaixão com a dor, com o sofrimento experimentado naquele espaço. Daí a importância de uma visita a partir de um debate estruturado historicamente e mediado por professores alinhados com essas temáticas.

A aluna A2 apresentou o Cais do Valongo como um lugar de memória (Nora 1993) e afirmou a importância de se conhecer a história do Brasil a partir da dor e do sofrimento daqueles que deram seu sangue na construção e “elevação” da nação.

O cais do Valongo representa um **lugar de memória sensível, memória de sofrimento e dor** para os nossos antepassados (Africanos escravizados). Este lugar também carrega uma simbologia de onde saímos e não queremos jamais voltar. Conhecer a história do Brasil é conhecer a dor e o sofrimento daqueles que deram seu sangue para construir e elevar a nação (incluo aqui também os povos indígenas), “elevação” essa que se deu através de genocídios, apagamento social e histórico, negação de direitos e marginalização do povo negro, que marcam a estrutura da nossa sociedade até os dias atuais.

Do ponto de vista do mercado capitalista nós nos elevamos através da escravidão, mas pensando pelo aspecto social e humano, podemos dizer que sim, rompemos um ciclo com o fim da escravidão no Atlântico, mas a estrutura de poder do “opressor e oprimido”, não foi rompida integralmente. É necessário muito trabalho para corrigirmos o curso que tomamos através do massacre humano que o Estado Imperial cometeu, em prol de um pequeno grupo, que ainda hoje controla o país e reforça a manutenção do *status quo*. Conhecer esse espaço é **reconectar-se com a memória**, sem saudosismo, mas com esperança e na luta de que a este povo (negros, a saber) nunca mais será negado o direito de existir.⁵

⁴ Trecho da atividade da aluna A1, grifo nosso.

⁵ Trecho da atividade da aluna A2, grifo nosso.

Um aspecto interessante dessa justificativa é a argumentação da aluna de que conhecer o Cais é reconectar-se com a memória, sem saudosismo, mas com esperança e na luta de que ao povo negro nunca mais será negado o direito de existir. Com essa fala, a aluna deixa clara sua leitura de que a patrimonialização do Cais ao mesmo tempo que nos reconecta ao passado, nos direciona a um futuro de existência do povo negro, até então silenciado e apagado, como foi o Cais ainda no Império e ao longo da República.

O aluno A3 demonstra sua inquietação com relação à região do Cais e comenta sua experiência na graduação, o que reforça como a ocupação do espaço produz afeto e sensibilidade com a história de dor vivida naquele espaço. Critica ainda o pouco incentivo de valorização deste patrimônio do Cais como “preservador de uma memória” por parte do governo e fala do pouco conhecimento de transeuntes e moradores da cidade sobre esses espaços.

A escolha do Cais do Valongo como objeto de análise proposta pela atividade assíncrona 1, **é decorrente de uma inquietação que trago acerca dessa região que faz parte da pequena África**, no sentido de entender e aprofundar o conhecimento desta localidade que apresenta uma importante fonte de conhecimento sobre a história da chegada dos negros na cidade do Rio de Janeiro.

[...] Hoje sou professor de história e advogado, e percebo que **existe pouquíssimo incentivo por parte dos governantes** de ser pensar um projeto vinculado a visitas técnicas, análises teóricas e percepções sobre a cidade e este patrimônio como preservador de uma memória, e do espaço, como veiculador da mesma, gerando lugares de memória que observa o espaço físico servindo como suporte para a formação de uma memória coletiva. Contudo, observa - se **pouco conhecimento de transeuntes e moradores da cidade sobre esses espaços**.⁶

Na última justificativa a ser apresentada, o aluno A3 lança mão de muitos aspectos que ressaltam a importância e a pertinência de contarmos com o Cais do Valongo como instrumento potente na produção de um ensino de história de uma cidade marcada pela escravidão, bem como pela resistência, pela luta, e pela contribuição cultural, social, política e econômica desses povos negros africanos que foram trazidos de forma forçada para trabalhar na construção das bases de sustentação do nosso país.

Enquanto historiador, professor e homem negro, a escolha do Cais do Valongo enquanto objeto de análise nesse trabalho não se encerra, obviamente, nos limites acadêmicos. Há um certo senso comum de que toda escolha de recorte de pesquisa é política, pois bem, de fato, **escrever sobre o Cais é uma opção política**, mas não só isso. [...] Há de ressaltar, porém, que a importância histórica intercontinental, conectando simbolicamente as Américas e África, não oculta o caráter decisivo do Cais para a história do Rio de Janeiro, especificamente. Uma cidade que nasceu no que entendemos hoje por “centro da cidade”, e a partir daí expandiu-se em complexo processo até os dias atuais, e sob o fio condutor da escravidão, **o maior porto de entrada de escravizados da História Moderna é atlântico, é brasileiro, é carioca**. Nas palavras de Luis Antonio Simas, “os africanos civilizaram a cidade, não o contrário”, O Rio de Janeiro constituiu-se, de forma *sui generis*, como uma cidade negra.

⁶ Trecho da atividade do aluno A3, grifo nosso.

São sob esses pressupostos que devemos lembrar o Rio de Janeiro para além do cartão postal, **essa autoimagem é falsa e guarda em si não só um engodo, mas também um silenciamento**, das outras cidades que coexistem dentro da imagem mercantilizada que se busca produzir. Essas outras cidades devem ser entendidas como extensões da antiga cidade negra colonial e imperial. **O Cais do Valongo descortina, portanto, um marco simbólico da violência e silenciamentos sob os quais a cidade foi pensada e posteriormente materializada ao longo do tempo.**⁷

Ao assumir que ter escolhido escrever sobre o Cais foi uma opção política, depois de ter dito ser um historiador, professor e homem negro, o aluno nos mostra como o espaço do Cais traz em si uma força para os sujeitos negros da contemporaneidade, por se tratar de um lugar em que milhares de negros africanos escravizados desembarcaram, sendo o maior porto de entrada de escravizados da História Moderna, sendo assim um local em que a ancestralidade pulsa, vibra, contagia e nos toca, e por isso não deve mais ser silenciada nem esquecida.

Interessante observar a questão do engodo que o aluno diz que a autoimagem falsa do Rio de Janeiro guarda em si, bem como o silenciamento. Esse engodo podemos entender como esse desejo constante que os sucessivos governos desde o Império tiveram de apagar, esconder, silenciar, ocultar essa história negra que é parte constitutiva da cidade e do país. História essa que, ao observarmos o final da justificativa, vemos o aluno afirmar que o Cais do Valongo descortina, pois revela a violência e os silenciamentos que marcaram o desenvolvimento e a materialização da cidade ao longo do tempo.

Com as justificativas acima apresentadas já podemos notar o quanto esse grande terreiro, essa grande encruzilhada, que com a contribuição de Luiz Rufino (2019), passamos a considerar o Cais do Valongo, pode ser um forte instrumento e um potente aliado no trabalho com o ensino de história da África e afro-brasileira em nosso cotidiano escolar de luta contra o racismo e a favor da igualdade, da diversidade e da pluralidade. Sobretudo, a partir da sensibilização histórica e da reconexão com essa memória de dor e de sofrimento, apontada por alguns alunos em suas justificativas, que é capaz de produzir uma série de afetos e de sentimentos que viabilizam a transformação de posturas discriminatórias a longo prazo.

Passando agora para as defesas da importância de uma visita ao Cais do Valongo para o ensino de história da cidade do Rio de Janeiro, encontraremos uma série de argumentos pelos quais se deve instrumentalizar uma visita guiada, um trabalho ou aula de campo com os estudantes da educação básica até o Cais. Nessa parte da atividade fica bastante evidente o quanto a formação docente continuada é imprescindível para que leis como a 10.639/03 e a 11.645/08 sejam implementadas efetivamente e, mais, como um trabalho de sensibilização histórica pautado no diálogo produz um efeito muito significativo de ampliação da consciência e de reconhecimento da importância de se rever cotidianamente nossas práticas pedagógicas inserindo sempre novas

⁷ Trecho da atividade do aluno A3, grifo nosso.

estratégias que colaborem na diversificação, na pluralização e na protagonização de diferentes sujeitos na narrativa da História.

Nessa primeira defesa vale destacar três questões interessantes no discurso da aluna A4 que devem ser observadas. A primeira é quando ela afirma que se deve visitar o Cais porque não podemos esquecer esse passado, o que, para ela, é uma forma de luta contra o racismo atualmente. A segunda é a descrição de como deve ser a visita guiada, que não basta levar as crianças para conhecer o espaço e tirar foto, é preciso um estudo específico e trabalhar a consciência a fim de gerar um impacto. A terceira se trata da fala da aluna ao comentar a questão da ancestralidade, da presença da religiosidade de matriz africana no Cais e como é justo e verdadeiro assistir as outras gerações de descendentes de africanos escravizados se tornarem agentes transformadores através do reforço da crença, da cultura e da música.

Esse espaço precisa ser visitado, porque **não podemos esquecer essa parte sombria do nosso passado** vejo que é uma forma de luta contra o preconceito racial atualmente trabalho em uma escola pública (educação infantil) e faço pedagogia quando eu penso nesse lugar tento associar as duas coisas. Como? **Não é só levar as crianças para conhecer um espaço para tirar foto e apresentar uma dinâmica genérica, é preciso mais é necessário um estudo específico e trabalhar a questão de consciência** explicar para elas que crianças africanas chegaram ao Brasil em específico no Cais do Valongo para ser escravizadas pode parecer forte essa fala mais esse aprendizado trará uma percepção da escravidão, até porque, quando cria essa dimensão gera um impacto.

[...] Durante a aula lembro que foi dito sobre o tempo que ficou soterrado essa história quase apagando essa parte crucial da nossa cidade, quando veio às obras como foi dito antes e esse passado ressurgiu tudo ficou evidente, não só a questão física mas a cultura, o contexto de ancestralidade, embora eu professe outra fé, mas eu achei perfeito ver a religiosidade de matriz africana fazendo parte **é tão justo e verdadeiro assistir as outras gerações de descendentes de africanos que foram escravizados se tornando um agente transformador através do reforço da crença, cultura e música.**

Em meio a essa logística para levar o conhecimento para a população precisamos de algo maior, ou seja, poder público comprometido com esse lugar de resistência com políticas públicas mobilizar outra esfera de poder um exemplo é a secretaria de educação, vejo que deveriam andar juntas criar projetos de integração com a história para que haja uma manutenção dessa memória. Resistir é uma forma de batalhar para não ser soterrado de viés ideológico ou verdadeiro descaso.⁸

A questão da importância da ocupação da região do Cais com o ensino de história, proposta de reflexão deste artigo, se fundamenta justamente na resignificação que o espaço do Cais produz. Haja vista a argumentação da aluna em sua defesa apresentada acima que enfatiza o papel da ancestralidade e da religiosidade de matriz africana na memória evocada pelo Cais. A ocupação desse território vai além de uma conexão com o passado, ela produz uma resignificação das lutas do presente por meio do contato direto com a ancestralidade que pulsa naquele lugar, gerando empoderamento e força aos símbolos e às lutas do povo negro nos seus aspectos culturais, sociais, políticos, econômicos e religiosos na sociedade de hoje.

⁸ Trecho da atividade da aluna A4, grifo nosso.

Na defesa a seguir, a aluna A5 corrobora com os argumentos da aluna anterior que tratou da presença da ancestralidade e da religiosidade, bem como com a questão da ressignificação das lutas do presente, ao comentar que o Cais não é um símbolo somente de dor e de sofrimento:

A importância de conhecer este local se dá para além dos sinais da escravidão com seu peso de sofrimento, **também se produziu, nesse espaço da cidade, no entorno do cais, marcas da sobrevivência, da resistência e da afirmação desses africanos e africanas e seus descendentes, que criaram no entorno do cais elementos fundadores da cultura negra urbana brasileira.** O cronista João do Rio no início do século vinte identificava a aringa africana no Valongo, evidenciando a atmosfera permeada pela presença viva - demográfica e culturalmente falando - de uma população negra, entre antigos cativos e seus descendentes, mesmo após décadas do fim do comércio escravista naquele local.⁹

Como afirma a professora Mônica Lima, o Cais do Valongo é um símbolo vivo da história da escravidão justamente porque com a redescoberta do sítio arqueológico do Cais, o reconhecimento das inúmeras vidas que por ali passaram, viveram, deixaram marcas, construindo o que se conhece por cultura negra urbana brasileira recobrou forças, como bem afirmou a aluna em sua defesa.

Essa sobrevivência, essa resistência e essa afirmação desses negros africanos e de seus descendentes, que vemos na defesa acima, deve ser evocada por meio da ocupação da região do Cais que estamos neste artigo propondo. Sobretudo, porque ao mesmo tempo que muitos morreram na viagem da África para cá, muitos também chegaram vivos, fugiram, resistiram, conquistaram sua liberdade, e foram fundamentais na construção da cidade material, cultural, social, política e economicamente.

A próxima defesa lança luz sobre o fato do Cais do Valongo trazer em si uma série de signos da estrutura do sistema escravista da colonização portuguesa, e, portanto, o ensino de história da cidade a partir da referência desse lugar de memória contribuiria significativamente na compreensão da dinâmica global e atlântica que era a escravidão africana praticada pelos portugueses entre os séculos XVI e XIX.

[...] o Cais do Valongo é um ótimo exemplo da importância da cultura material para o estudo de História, colocando a Arqueologia como ciência fundamental para nossa disciplina. Dessa forma, uma discussão patrimonial se faz imperativa, o Cais é um Patrimônio da Humanidade, ou seja, carrega em si um peso referencial não só para a História humana, mas para grupos e povos específicos também. Esse significado para certos grupos não se limita a uma simples evocação de um período passado, mas de profundas raízes fincadas no tempo de importância central para manutenção das vidas desses grupos, no âmbito simbólico, de resgate de um passado a eles negado, e motor de luta política para a reafirmação de sua importância no presente e da superação das heranças opressivas desses tempos. Por fim, por se constituir enquanto um lugar de memória da cultura afro-brasileira, está calcado por significados que diversos desses grupos imputam a ele. Portanto, é um lugar de resistência, de rememoração, mas de disputa também.¹⁰

⁹ Trecho da atividade da aluna A5, grifo nosso.

¹⁰ Trecho da atividade do aluno A6.

Outra questão interessante trazida por essa defesa que se soma ao nosso debate é o dado apresentado de que a patrimonialização do Cais do Valongo não se limita a uma simples evocação de um período passado, deve ser entendida como o reconhecimento das profundas raízes fincadas no tempo que são de grande importância para a vida do povo negro hoje, por exemplo. E mais, no sentido simbólico, devemos compreender o Cais como patrimônio, também como resgate de um passado negado aos sujeitos negros e à sociedade como todo, e como motor de luta política para a reafirmação da importância desse povo no presente e da superação das heranças opressivas desse passado escravista.

Como vemos o Cais do Valongo não se resume a um lugar de lembrança, mas como o próprio aluno encerra sua defesa, trata-se de um lugar de resistência, de rememoração e de disputa, justamente porque traz à cena atual questões como a manutenção da lógica racista na sociedade brasileira nos dias de hoje, bem como o constante apagamento e silenciamento das raízes negras na cultura, na política, na economia e na história que contamos para nossos alunos e para nossas crianças, de um modo geral.

A última defesa a ser apresentada a seguir, traz uma sistematização de uma visita guiada elaborada por um professor de história. A escolha de deixá-la por último se justifica pelo fato de que essa defesa ilustra o motivo pelo qual escolhemos para o debate deste artigo, a proposta de ocupação do cais com o ensino de história pautada na perspectiva macumbística de Luiz Rufino como alternativa à convencional visita guiada ou aula de campo, que costumamos pensar em nossas práticas pedagógicas.

Embora a estruturação da defesa tenha sido bem pensada a partir das perguntas escolhidas pelo professor para organizar a sua visita guiada, é interessante observar como a proposta elaborada por ele não extrapola os objetivos de conhecimento da história da escravidão, isto é, de um fenômeno histórico do passado, a partir do Cais. Mesmo tendo utilizado as questões que propusemos em aula para facilitar a compreensão de como os alunos deveriam estruturar a defesa de uma visita a um lugar de memória com o ensino de história, o professor a seguir não fez o esforço de sair do passado, a não ser para explicar as desigualdades e o legado de dor e de sofrimento da escravidão que vivemos ainda hoje em nossa sociedade.

Por que esse lugar deve ser visitado?

Pois promoverá um resgate da memória da escravidão africana e das heranças culturais, visando refletir sobre a violência sofrida pelos cativos decorrentes da escravidão, levando o conhecimento para transeuntes e moradores da cidade sobre esses espaços, mesmo sabendo que nos remete a uma lembrança de dor e sofrimento dos nossos antepassados, porém muito importante para entender a maneira como a sociedade está organizada, é necessário retomar o processo de transformação pelo qual ela passou no decorrer do tempo. Conhecer o passado escravista, por exemplo, é fundamental para entender essa desigualdade do presente.

[...] Como você faria essa visita a partir do que a gente estudou sobre o ensino de história?

Começaria perguntando meus alunos: Como eles entendem o cenário do cais do Valongo? É um lugar de pertencimento? De memória?

Depois explicaria a história do famoso mercado de tráfico de almas do Brasil. Mostrando que este local serviu para o desembarque de milhares de africanos que foram sequestrados do continente Africano e trazidos para serem escravos no Brasil. Explicaria que com o passar dos anos o cais do Valongo, passou por momento de esquecimento dessa memória. Primeiramente associado à construção do Cais da Imperatriz que fora construído para receber a futura imperatriz Teresa Cristina. O segundo momento de apagamento da memória, se deu com as reformas urbanísticas da cidade do Rio de Janeiro promovida por Pereira Passos.

Finalizaria a explicação, citando o (re)descobrimto do cais do Valongo em pleno século XXI, durante escavações feitas visando a reforma urbana da zona portuária da cidade do Rio. Desta forma, criaria nos alunos um senso crítico para analisar e compreender as mazelas sofridas por nossos antepassados africanos e como que esse legado de dor e sofrimento se faz presente nos dias atuais.¹¹

Essa defesa colabora no debate sobre os cuidados que devemos ter ao acessar determinadas questões do passado. Haja vista a necessidade de nos dirigirmos ao passado visando responder questões do presente. De modo a não cair na armadilha de visitar um lugar de memória sem realizar uma reflexão sobre suas interfaces e sua agência na atualidade. A patrimonialização do Cais como vimos na defesa anterior a essa, não tem por objetivo somente guardar a memória das atrocidades sofridas pelos sujeitos negros, mas mostrar a participação desses indivíduos na construção social, cultural, política, econômica, religiosa e espacial do que se conhece tanto da cidade do Rio de Janeiro como do Brasil.

Logo, é de suma importância que os questionamentos conduzidos por nós professores ao levarmos um grupo de alunos até esses lugares de memória possa impulsioná-los a perceber que embora aquela história tenha sido insistentemente apagada, ela permanece viva, justamente porque os sujeitos envolvidos nela sempre criam e recriam incontáveis estratégias de fazê-las ressoar ao longo do tempo, e a região da Pequena África, o Quilombo da Pedra do Sal, os Templos Religiosos de Matriz Africana naquela região são a prova viva disso.

Portanto, ocupar o Cais do Valongo como uma grande encruzilhada, como um terreiro em que circulam histórias, lutas, resistências, trajetórias, culturas, entre outras coisas, deve ser uma prática pedagógica com ensino de história, com a história local, e com a educação patrimonial, que mostre que um território patrimonializado, ele não fala somente de si. Muito pelo contrário, ele só se torna patrimônio, lugar de memória, por ser um espaço carregado de sentido para a vida e para a existência daqueles que o habitam e que estão ao seu entorno. E isso ocorre porque os sujeitos que por ele passam, nesse caso, os negros africanos sequestrados e escravizados trazidos forçadamente, possuem história, empreendem lutas, deixam marcas e continuamente ressignificam esses espaços a fim de que eles possam comunicar a ancestralidade e a força vital que neles habitam, como foi o caso do Cais do Valongo.

O reconhecimento da participação da comunidade negra local nesse processo de constituição desse Patrimônio da cidade do Rio de Janeiro, que é também Patrimônio Mundial da Unesco,

¹¹ Trecho da atividade do aluno A7.

ênfatisa que mesmo tendo havido um apagamento simbólico desta história com o soterramento do Cais, graças à agência da população local, dos movimentos negros, dos religiosos de matriz africana e de parte da cidade, essa memória permaneceu viva. E vem sendo continuamente trazida à cena por meio da preservação do Cais do Valongo como um marco visível da memória da escravidão e como reconhecimento da inestimável contribuição dos africanos e seus descendentes à formação e desenvolvimento cultural, econômico e social do Brasil e do continente americano, que deve ser utilizado por meio da ocupação como instrumento de produção de presença e de sensibilização histórica no ensino de história.

Algumas considerações

Espaços da cidade que carregam uma memória repleta de sentidos e significados como o Cais do Valongo, por ter sido um porto de entrada de pessoas, de histórias, de culturas, de trajetórias, de sentimentos, e tantas outras coisas, precisam ser cada vez mais divulgados, contemplados, visitados, e ocupados, na perspectiva que defendemos neste artigo. Isso porque o *status* de patrimônio, e até mesmo, de lugar de memória, não são suficientemente capazes sozinhos de produzir consciência, sensibilidade, empatia com uma história que é parte constitutiva de cada um de nós, negros e não negros, porque se temos muitos direitos conquistados, se temos liberdade, se vivemos nesse país e nessa cidade, isso se deve à luta de muitos que pelo cais desembarcaram e nessa região resistiram bravamente.

No último Circuito Histórico de Herança Africana que participamos no início do ano de 2022, muito nos mobilizou a fala do guia do Instituto dos Pretos Novos, ao comentar o descaso que a região vinha sofrendo por parte da gestão anterior da prefeitura no que diz respeito ao provimento de recursos aos projetos de valorização daquela área, que somado ao contexto da pandemia, em que as visitas e os trabalhos foram interrompidos, estava ameaçando o título de Patrimônio Mundial da Unesco, pois uma das condições, além do fomento à valorização do local por meio das visitas e demais atividades, era a construção de um Centro de Interpretação do Valongo no prédio do Armazém Docas Pedro II, construído na segunda metade do século XIX pelo engenheiro André Rebouças, localizado na Avenida Barão de Tefé. Segundo o guia, a construção estava enfrentando uma série de atrasos e embargos do governo federal e da Fundação Palmares, que se acredita que é fruto do descaso do governo do presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2023) com a temática negra e africana.

Essas tensões políticas trazem à tona como não basta delimitar uma região e preservá-la como bem material e imaterial para a humanidade. Urgem iniciativas de ocupação do espaço como forma de continuamente valorizá-lo e inseri-lo no imaginário e no cotidiano dos cidadãos e dos

transeuntes da cidade. Desse modo, a partir da produção de consciência, sensibilidade e empatia com a história que aquele lugar traz com sua marca na paisagem da cidade se conseguiria transformar a longo prazo a mentalidade das pessoas. Viabilizando assim, o enfrentamento às questões raciais e de visibilidade negra na sociedade brasileira nos nossos dias, ainda tão marcada pela discriminação de gênero, raça, classe e religião.

Levando-se em conta as questões decorrentes do advento da pandemia, a dinâmica de vida e de trabalho do professor que assume o desafio de permanecer na formação continuada frente à constante precarização e proletarização da nossa profissão, e o tempo e o espaço deste artigo, buscamos a partir do trabalho de Luiz Rufino (2019) e das proposições da professora Mônica Lima (2018), em diálogo com relatos de experiência, trazer para o debate a necessidade de ocuparmos o Cais do Valongo com o ensino de história.

Reconhecendo que esse lugar de memória é na verdade um grande terreiro, uma encruzilhada que, a partir da produção de presença quando pisamos nele, somos impulsionados a recriar nossas histórias, nossas trajetórias, nossas esperanças assim como fizeram os sujeitos que ali passaram e, mesmo em meio a dor e ao sofrimento, resignificaram os sentidos de suas existências, resistiram, e construíram com seu sangue e suor esse país sem deixar morrer suas culturas, seus valores, suas histórias.

Juntamente a isso, essa ocupação do território do Cais do Valongo se mostra urgente frente ao contexto político de negação, apagamento e desvalorização da história negra africana e afro-brasileira que atravessamos nos anos de 2019 a 2023, sobretudo, porque um trabalho de sensibilidade histórica utilizando os instrumentos da história local, da educação patrimonial e do ensino de história naquele espaço com os nossos alunos, bem como com professores e com a sociedade em geral, potencializa a empatia com a dores e lutas que a ancestralidade negra experimentou desde a saída da África e depois de desembarcar no cais. Produzindo assim uma consciência histórica e uma conseqüente transformação das mentes e das ações no cotidiano da sociedade a longo prazo.

E ainda traz à tona as inúmeras possibilidades de reinventar-se, de recriar-se, de ressurgir-se a exemplo de tantos homens e mulheres que tendo sido sequestrados, escravizados, explorados, maltratados, utilizaram-se de incontáveis de estratégias para resistir e fizeram com que sua memória permanecesse viva ao longo de tantas gerações, sendo contada nos nossos dias por meio de tantas marcas deixadas em nossa cidade, em nosso país que são para nós fonte de inspiração, motivação, encorajamento e esperança.

Referências Bibliográficas

Barros, José D'Assunção. 2006. "História, espaço e tempo. Interações necessárias". *VARIA HISTORIA*, 22 (36): 460-476. <https://www.scielo.br/j/vh/a/YyzTrkd3ZMCMwDMw37cQTsv/?format=pdf&lang=pt>

Barros, J. D'Assunção. 2013. "Espaço, Território, Região – Pressupostos metodológicos". *Colóquio Baiano Tempos, Espaços e Representações: abordagens geográficas e históricas*, 1 (1): 1-2. http://anais.uesb.br/index.php/coloquiobaiano/article/viewFile/2923/pdf_78

Bloch, Marc. 2001. *Apologia da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Bresolin, Henrique. 2022. *Entre o Cais do Valongo de ontem e o Museu do Amanhã: Memória, Mídia e Temporalidades na Zona Portuária do Rio de Janeiro Contemporâneo*. São Paulo: Editora Dialética.

Costa, Gerson Eduardo da. *A cidade e o ensino de história: patrimônio, museu e história local*. 2016. Dissertação de Mestrado Profissional, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo. <http://www.bdttd.uerj.br/handle/1/12132>.

Freire, Paulo. 2001. "Educação permanente e as cidades educativas". In *Política e Educação: ensaios*, 11-15. São Paulo: Cortez.

Gonçalves, Márcia de Almeida. 2007. "História local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância". In *Ensino de História: sujeitos saberes e práticas*, editado por Marcelo De Souza Magalhães. Rio de Janeiro: Mauad X.

Gumbrecht, Hans. 2010. *Produção de Presença*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio.

Guran, Milton (org.). 2018. *Roteiro da herança africana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.

Honorato, Claudio de Paula. 2019. *Valongo: o mercado de almas da praça carioca*. Curitiba: Appris.

Lima, Mônica. 2016. "Caminhos da História africana e afro-brasileira: aulas de campo no Cais do Valongo no ensino de história na cidade do Rio de Janeiro". In *Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história*, editado por Carmen Teresa Gabriel. Rio de Janeiro: Mauad X.

Lima, Mônica. 2018. "História, Patrimônio e Memória Sensível: o Cais do Valongo no Rio de Janeiro". *Outros Tempos* 15 (26): 98-111.

Miranda, Sonia Regina; Siman, Lana Mara Castro. 2013. "A cidade como espaço limiar: sobre a experiência urbana e sua condição educativa, em caminhos de investigação". In *Cidade, memória e Educação*. Juiz de Fora: Editora UFJF.

Monteiro, Ana Maria; Gasparello, Arlette Medeiros; Magalhães, Marcelo de Souza. 2007. *Ensino de História: sujeitos saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X.

Nora, Pierre. 1993. "ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES". *Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, 10 (outubro). <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>.

Rufino, Luiz. 2019. *Pedagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial.

Saquet, Marcos Aurelio. 2007. “As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade”. *Geosul* 22 (43): 55-76. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12646>.

Saramago, José. 2009. *O caderno*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.